

2012

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PERNAMBUCO

Mata Norte | RD 11

Nota Técnica



Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH

Eduardo Henrique Accioly Campos

Governador do Estado

Paula Vanusa de Santana Tavares Oliveira

Gerente de Planejamento, Projetos e
Capacitação

Laura Mota Gomes

Secretária de Estado de Desenvolvimento
Social e Direitos Humanos

Ingrid Vier

Gerente de Monitoramento e Avaliação

Clodoaldo Silva

Secretário Executivo de Coordenação de
Gestão

Jefferson Luíz da Silva

Gerente do Fundo Estadual da Assistência
Social

Ana Rita Suassuna

Secretária Executiva de Desenvolvimento e
Assistência Social

Rizete Serafim Costa

Gerente do Sistema Único de assistência
Social – SUAS

Mariana de Andrade Lima Suassuna

Superintendente das ações de segurança
Alimentar e Nutricional

Rafael West

Gerente das Ações da Proteção Social Especial
de Alta Complexidade

João Maurício Rocha

Superintendente de Apoio à Pessoa com
Deficiência

Geruza Bernadete de M. Felizardo

Gerente das Ações da Proteção Social Básica

Lioniza Severina dos Santos

Gerente das Ações da Proteção Social Especial
de Média Complexidade

Centro de Desenvolvimento e Cidadania | CDC

Ana Nery dos Santos Melo

Presidente

Verônica Batista

Coordenadora

Equipe Técnica

Katharyna Assunção
Coordenadora administrativo-Financeira

Creusa Melo
Coordenadora de Estudos e Pesquisas

Maria José Diniz
Coordenadora de Monitoramento

Daniela Souza
Técnica de Estudos e Pesquisas

Karine Torres
Técnica de Estudos e Pesquisas

Maria das Graças Crespo
Técnica de Estudos e Pesquisas

Simone Souza Leite
Técnica de Estudos e Pesquisas

Leandro Lucena
Estatístico

Vinícius Souto Maior
Estatístico

Bruno Albuquerque
Técnico de TI

Ana Karenine
Técnica Administrativa

Carlos Gomes
Técnico Administrativo

Marco Aurélio Dantas
Técnico Administrativo

Ricardo Franklin
Técnico de Informática

Ana Paula Santiago
Técnica de Monitoramento

Bárbara Maria Silva
Técnica de Monitoramento

Daniela Cristina
Técnica de Monitoramento

Francisco Godoy
Técnico de Monitoramento

Rebeka Nykare
Técnica de Monitoramento

Rosilene Marinho
Técnica de Monitoramento

Rosilene Mota
Técnica de Monitoramento

Silvana Silva Nascimento
Técnica de Monitoramento

Viviane Galdino
Técnica de Monitoramento

Waylla Sousa
Técnica de Monitoramento

Adilson Madeira
Motorista

Antônio Saraiva
Motorista

Diozane Cabral
Motorista

João Marcelo de Oliveira
Motorista

José Jorge da Silva
Motorista

Severino Pantaleão
Motorista

INTRODUÇÃO

Enquanto política pública de Seguridade Social, a Assistência Social representa o compromisso do Estado com o atendimento às necessidades e a garantia de direitos aos cidadãos que dela necessitem. Regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), vivencia um processo de consolidação no país, marcado pela estruturação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, responsável por orientar sua implementação no território nacional. Com a implantação do Sistema Único da Assistência (SUAS), em 2005, fica instituída sua organização em níveis de proteção social (básica e especial), voltados a populações em situação de risco e vulnerabilidade social.

Destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais entre famílias e indivíduos, cujos direitos estejam ameaçados, a Proteção Social Básica (PSB), visa ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e à promoção do acesso a serviços, benefícios, projetos e programas sociais de enfrentamento às situações de risco e vulnerabilidade social. No campo da prestação de serviços, conta, de forma central, com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), definido como unidade pública estatal, de abrangência municipal e base territorial, instalado em áreas de maior vulnerabilidade e risco social, organizando e coordenando a rede de serviços sócio-assistenciais locais.

A Proteção Social Especial (PSE), por sua vez, busca proteger famílias e indivíduos em situação de violação de direitos em função de abandono, maus tratos, abuso sexual; cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, entre outros. Suas ações visam à qualidade na atenção protetiva e de reinserção, a partir de duas modalidades de atenção: média complexidade, quando os vínculos familiares e comunitários são mantidos, e alta complexidade, quando há perda de referência e, ou, ameaça, com necessidade de retirada do núcleo familiar e, ou, comunitário. Nesse sentido, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), representa espaço privilegiado de atendimento, constituindo-se como unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, oferecendo serviços especializados e continuados.

Esta nota técnica apresenta os resultados obtidos no processo de monitoramento da política de Assistência Social no estado de Pernambuco, com o objetivo de revelar os limites e potencialidades apresentados na realidade dos municípios, a fim de assegurar a reflexão e intervenção necessárias para garantir o direito à Assistência Social, considerando as especificidades e demandas locais. Sob esse direcionamento, sistematiza dados acerca da implementação de programas, serviços e ações, trazendo análises e recomendações a gestores e técnicos, na perspectiva do fortalecimento da política.

1. Notas Metodológicas

Os dados apresentados nesta nota referem-se à Região de Desenvolvimento – RD da Mata Norte e contém informações acerca de equipamentos (CRAS e CREAS), programas e serviços da política de Assistência Social dos municípios desta RD, além do quadro situacional dos gestores municipais dessa política social e dos serviços oferecidos no âmbito da proteção especial de média e alta complexidade.

O monitoramento aconteceu no mês de abril de 2012 percorrendo todas as cidades da região. As informações foram apreendidas através de visitas *in loco*, com aplicação de questionários específicos para cada um dos equipamentos, programas e serviços, assim como junto aos gestores da Assistência Social dos municípios.

Com o objetivo de realizar o monitoramento em 2012, foram produzidos, através de reuniões, discussões e compartilhamento de saberes entre os técnicos das diversas gerências da SEDAS, 14 questionários. Nesta perspectiva, buscou-se construir um instrumental que correspondesse à realidade de cada programa, serviço e equipamento, reunindo um conjunto de informações capazes de revelar a realidade da Assistência Social no âmbito estadual e regional de Pernambuco.

Antes de visitar os municípios realizou-se a aplicação de questionários na Região Metropolitana do Recife no período de 06 a 15 de dezembro de 2011, a fim de avaliar o instrumental do monitoramento. O objetivo desse pré-teste consistiu em averiguar a capacidade de o questionário assegurar um panorama de como vem se efetivando a política de Assistência Social em Pernambuco.

A construção/análise dos questionários foi norteada por indicadores de: qualidade da gestão, cobertura dos serviços da proteção social básica e especial no município, recursos humanos instalados no município no âmbito da política de Assistência Social e, observações do entrevistador e da pessoa entrevistada naquele município. No que se refere, particularmente ao item da GESTÃO, foram destacados como indicadores de sua qualidade: a existência de plano, conselho e fundo; a realização e/ou atualização de diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco social; a existência de representante da PSB e PSE assim como de monitoramento/avaliação e de articulação com a esfera estadual.

No que tange aos SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e os seus EQUIPAMENTOS foram destacadas informações acerca da capacidade instalada e oferta de serviços do município dentro de cada nível de proteção social. Já no item dos RECURSOS HUMANOS, o relevo foi dado para o quantitativo de funcionários existente na secretaria/equipamento e suas modalidades de vínculo (entre os quais, comissionados, concursados, prestadores de serviço e contratados). Isto se deu no intuito de mapear o perfil profissional das equipes técnicas, suas principais lacunas e necessidades.



2. Região da Mata Norte : principais resultados

2.1. Aspectos gerais da região da Mata Norte

A RD da Mata Norte possui uma área de 3.242,9 km², correspondendo a 38,59% do total da mesorregião da Zona da Mata. O principal acesso à Mata Norte é pelas BR's 408 e 101 Norte, nas quais circula, praticamente, toda a produção e abastecimento da região. É constituída por 19 municípios¹. Há na região uma população total de 577. 191, sendo 441.301, aproximadamente, residente na área urbana enquanto 135.890 residem na zona rural. Esta região dispõe de uma taxa de crescimento populacional de 6,6% , relativamente distante da taxa do estado que é de 11,1%.

No que tange aos índices de desenvolvimento humano e de renda, que constitui uma medida comparativa que avalia fundamentalmente as dimensões de renda, longevidade e educação dos municípios e países, pode-se constatar ainda nos dados do IBGE /PNUD que a referida região apresenta um IDH muito próximo àquele verificado no estado de Pernambuco como um todo, estando com índices considerados de médio desenvolvimento. Ou seja, a região tem um IDH de 0,64 enquanto que o do estado é de 0,59.

Há ainda na região um grande número da população com níveis de renda que a caracteriza como público-alvo prioritário da política de assistência, dos seus programas e serviços, sobretudo do acesso à renda por meio dos programas de transferência de renda a exemplo do Programa Bolsa Família. (Isto quer dizer com rendimentos que variam entre R\$ 1 e 140 reais). Considerando o valor da renda até 70 reais a região comparece com pelo menos 70. 204 pessoas nesta faixa de renda. Enquanto que na faixa de 71 a 141 reais ela apresenta em torno de 129. 583 pessoas nesta situação. Significa dizer que, de uma população residente total de 577. 191 há pelo menos 99.297 em situação de extrema pobreza. Ou seja, uma massa significativa da população que necessita acessar a política de assistência e demais políticas sociais para a melhoria das suas condições de vida.

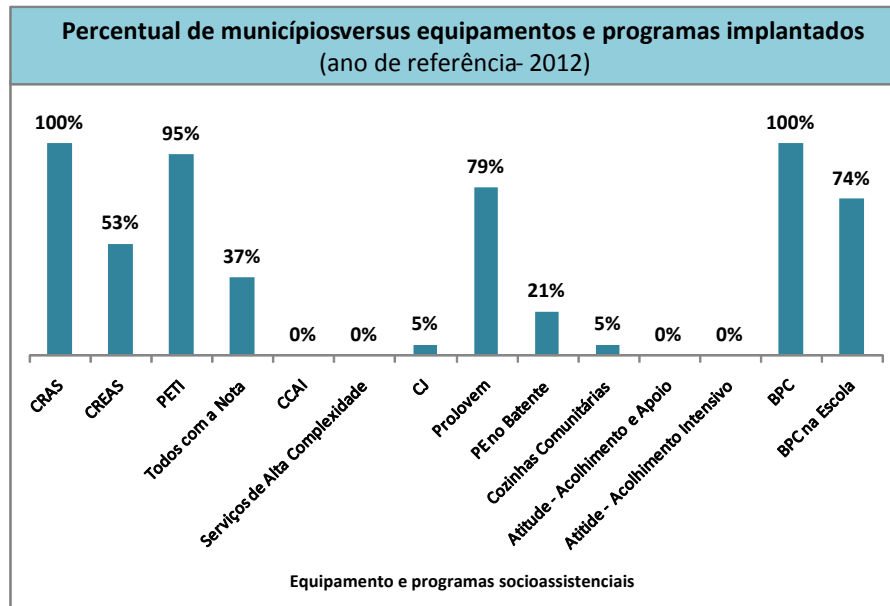
Diante deste panorama, há que se refletir sobre a capacidade da oferta de serviços para esta população no que tange aos serviços de maior necessidade deste público e no papel relevante que o estado ocupa na intervenção para garantia dos direitos essenciais à vida humana nos quais se incluem renda, trabalho e outras satisfações de necessidades básicas. Para tanto, uma estratégia utilizada pelo estado para o conhecimento da realidade de sua população é a realização do monitoramento das ações no âmbito da política de assistência social. Sendo assim, o monitoramento realizado na região da mata Norte, no corrente ano, detectou uma rede socioassistencial mais bem estruturada no que tange aos equipamentos e programas da assistência social no nível da proteção social básica, conforme pode ser visto no gráfico abaixo, à medida que prevalece um percentual maior para a implantação de programas, serviços e equipamentos do âmbito desta proteção: 79% dos municípios da região contam com o Projovem, 100% contam com o BPC, 74% BPC na escola e, em 100% destes há presença de CRAS, dados que anunciam um

¹ (Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência).



destaque maior da região no que se refere à instauração da rede de serviços de prevenção às situações de risco e vulnerabilidade social.

Gráfico 01 - Municípios Versus Equipamentos e Programas Implantados Ano de Referência | 2012



Fonte: GMA/ MAPA 2012

Por outro lado, explicita-se uma fragilidade dos municípios monitorados no que tange a sua rede de serviços de atendimento da proteção social especial, sobretudo no aspecto de encaminhamento dos casos de violações de direitos, uma vez que nesta consta a inexistência de serviços de alta complexidade de

de grande relevância, a exemplo de centros de atendimento a crianças e adolescentes e dos núcleos do Programa Atitude, entre outros.

Nesse aspecto, é importante salientar a relevância da constituição de uma rede socioassistencial bem estruturada para assegurar a efetividade dos direitos da população, o que deve se dá tanto sob uma perspectiva de prevenção, como de enfrentamento a todas as formas de violação de direitos. Esta necessidade evidencia-se ainda mais quando verificada a existência de sujeitos vivendo em extrema pobreza na região, a qual, segundo dados do IBGE/2010, dispõe de um percentual de 17,2% de sua população nessa condição (como colocado acima), que se trata daquela que sobrevive com renda mínima de até R\$ 70 por pessoa na família. Para este público, que evidentemente sofre com violações de direitos as mais diversas, devem ser desenvolvidas ações específicas e urgentes para o seu atendimento nos municípios.

3. Quadro Situacional/Gestão

3.1. Capacidade instalada da gestão no município

1) Da existência de Representantes municipais para as Proteções sociais, Básica e Especial

O quadro situacional da região da mata Norte indica que todos os seus municípios encontram-se habilitados na gestão básica da Assistência Social o que requer, de sua rede socioassistencial, capacidade mínima de atendimento aos serviços de proteção básica e especial de média complexidade. As



informações do último monitoramento demonstram que dos 19 municípios da região, 14 deles possuem representante da Proteção Social Básica (PSB). Em se tratando da Proteção Social Especial, existe na região, 13 municípios encontram-se sem representante para a referida proteção. Um dado que chama atenção é a inexistência de representantes de ambas proteções em 04 municípios da região. Tal aspecto indica a tendência à centralização das ações e informações. Segundo a NOB/RH SUAS-2007 a representação das proteções nos municípios é função essencial da gestão. Sendo assim, esse tipo de representação é importante, pois contribui para a consolidação de uma gestão descentralizada e participativa no âmbito da Assistência Social, garantindo a efetividade da democratização do conteúdo e ações da Política. Nesse sentido, é pertinente que se promova a expansão dos representantes em questão, com o objetivo de qualificar a gestão municipal da Assistência Social. (RESOLUÇÃO Nº 01, de 25 de janeiro de 2007, p. 16).

II) Dos Planos Municipais de Assistência Social

Quanto à existência de Plano Municipal de Assistência Social, conforme está descrito na Política Estadual de Assistência Social/2008 (PEAS/2008), constitui-se como um requisito básico para habilitação dos municípios na gestão (inicial, básica ou plena) da Assistência Social. As informações do último monitoramento demonstram que, 16 dos municípios existentes na Mata Norte, possuem plano de Assistência Social elaborado, em 03 municípios o plano ainda está em fase de elaboração.

O Plano de Assistência Social é um instrumento de gestão que organiza, regula e norteia a execução da política de Assistência Social, contemplando as prioridades de ações, serviços, programas, projetos e benefícios a serem prestados na esfera do território. Desta forma, é instrumento obrigatório e essencial, além de ser um requisito para o desenvolvimento da política de assistência social no município e, sobretudo, para o financiamento das suas ações.

III) Da realização do financiamento da Política de Assistência Social e suas fontes de recursos

De acordo com a PNAS/2004 o financiamento da política de Assistência Social deve ser realizado *fundo a fundo*, caracterizando uma forma de gestão transparente, contribuindo para o controle social e a execução financeira. Esta realidade é nova no estado de Pernambuco, uma vez que está iniciando o repasse direto ao município neste ano de 2012, o que caracteriza um elemento potencialmente relevante no processo de gestão da política no âmbito municipal, conforme lhe assegura maior autonomia na aplicação dos recursos, possibilitando, por sua vez, o planejamento da política em consonância com as demandas e predominantes na realidade local.

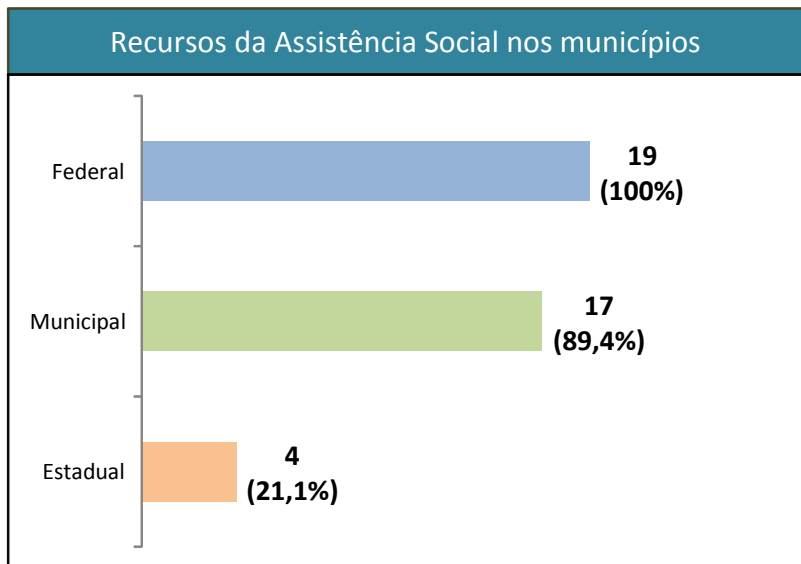
Neste aspecto é relevante que todos os municípios garantam que os recursos repassados para a Assistência Social sejam de fato aplicados em ações desta política e, sejam também geridos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão equivalente, uma vez que é este o órgão gestor da política na esfera municipal, devendo, portanto, deter maior domínio acerca da realidade e das necessidades da população que são de matéria da Assistência Social, já que com estas lida cotidianamente.

Considerando a relevância de que todos os municípios possuam CNPJ para assegurar o repasse de recursos da Assistência Social na modalidade fundo a fundo, cabe ressaltar, que todos os 19 municípios existentes na Mata Norte, declaram possuí-lo. 15 deles informaram possuir CNPJ próprio do fundo, sendo que, em 10 municípios as decisões acerca dos recursos são tomadas pela Secretaria de Assistência Social e



nos demais (05 municípios), as decisões são tomadas pela secretaria de finanças. Já nos 04 municípios que possuem Fundo, mas sem CNPJ próprio da prefeitura, em 02 deles, os recursos são geridos pela secretaria de finanças e os demais (02) os recursos são geridos pela secretaria de Assistência Social. Diante disso, os dados indicam que, ao todo, a tomada de decisão sob responsabilidade da Secretaria de Assistência Social está presente em 12 municípios da região.

Gráfico 02 – Fundo Municipal de Assistência Social Versus Tomada de Decisões



No que tange à fonte dos recursos disponibilizados para a assistência social nos municípios da região em questão, os dados mostram que em 19 municípios (100%) estes recursos são provenientes do governo federal, dado que se assemelha a disposição de recursos municipais, os quais chegam para 17 (89,4%), enquanto os recursos estaduais chegam à 04 dos municípios da região (21,1%). Esta é uma realidade que impõe ao estado a

Fonte: GMA/PMAPAS 2012

junção de esforços do sentido de ampliar o montante de recursos empregados atualmente nesta política assim como o quantitativo de municípios co-financiados. A adesão ao repasse direto aos municípios já é uma das iniciativas que vem no sentido de reconhecer a necessidade de maior investimento nesta área.

IV) Das Instâncias de Controle Social

Quanto às instâncias de controle social, existentes na região da Mata Norte, chama atenção o destaque da região no que concerne a presença de conselhos. Foi verificado que 100% dos municípios possuem o Conselho Municipal de Assistência Social, o que revela o cumprimento de uma das determinações para a instauração da referida política social nos municípios. Neste aspecto, é ainda salutar destacar que a presença deste conselho contribui para a efetivação da participação popular no processo de construção da Assistência Social, sem, no entanto, confundir-se com a execução dela, o que constitui uma responsabilidade eminentemente governamental. Logo, é imperativo assegurar o seu caráter de “arena de discussão, negociação e conflito, devendo preservar seu papel de instância propositora, fiscalizadora, controladora e reivindicadora” (BOSCHETTI, 2003, p. 150).

V) Da Existência de Diagnóstico das áreas de risco e vulnerabilidade social dos Municípios

Este é um dado de grande importância quando se pretende traçar um panorama da efetivação da política de Assistência Social na região de que trata esta nota, uma vez que o diagnóstico é um elemento capaz de assegurar subsídios ao planejamento das ações da política de Assistência numa perspectiva direcionada



para as necessidades locais, o que pressupõe uma compreensão de que os riscos e as vulnerabilidades sociais assumem expressões particulares que têm a ver com determinações econômicas, sociais, políticas e culturais do cenário de cada município, ainda que não sejam, essas determinações, deslocadas da realidade mais geral do país.

Assim, os dados acerca desta matéria na região da Mata Norte de Pernambuco, informam que a maioria (12) dos seus municípios (63,2%) possui esse tipo de diagnóstico, enquanto 06 deles ainda não o têm (31,6%) e 01 município (5,3%) não soube informar, impossibilitando também o conhecimento e a identificação da rede existente no território e demais serviços setoriais bem como o acesso da população aos serviços e a implantação dos mesmos.

É relevante ainda destacar a periodicidade em que este diagnóstico é atualizado. Esta relação é importante já que não basta ao município possuí-lo, mas, mantê-lo atualizado. Esta é condição para o adequado desenvolvimento das ações da política no município. Dos municípios que declararam possuir o diagnóstico da área de risco e vulnerabilidade, 05 deles tinham o seu diagnóstico atualizado nos últimos 06 meses, 05 afirmaram ter atualizado entre 06 meses e 01 ano e 02 haviam atualizado há mais de 01 ano.

VI) Das Articulações do município com a esfera estadual da Assistência Social

Do ponto de vista da relação estabelecida entre as esferas estadual e municipal no âmbito da política de Assistência Social, a totalidade dos gestores da região da Mata Norte informa realizá-la, sobretudo pela via de reuniões, capacitações, convênios, entre outras. Acerca desse elemento, é importante destacar que, a articulação entre as esferas de governo se apresenta como condição fundamental para assegurar a ampliação e qualidade da política de Assistência Social, bem como, constitui uma orientação de sua própria estrutura normativa, a exemplo do que estabelece o artigo 11 da LOAS, referente a atuação das três esferas de governo:

Art. 11. As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.



3.2. Ações e Equipamentos da Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem como objetivo, prevenir as situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Essa proteção atua por intermédio de diferentes unidades, dentre as quais se destacam os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, como os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos. Prevê ainda o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização (MDS, 2012).

3.2.1. Centros de Referência da Assistência Social/CRAS

Conforme preconizado na PNAS/2004 e SUAS/2005, seguindo o princípio de descentralização e considerando, portanto, a territorialização das ações referentes à Assistência Social, o CRAS é responsável pela execução de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica no território que abrange. Desenvolve serviços, programas e projetos de convivência e socialização tendo como principal oferta de serviço a Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Este possui um caráter preventivo, protetivo e proativo, prevenindo a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso aos direitos e contribuindo para melhoria da qualidade de vida dos usuários.

Neste sentido, a oferta de serviços no CRAS demanda desta instituição, conhecimento da localidade na qual está inserido, assim como das famílias que atende, podendo explorar as suas necessidades e potencialidades bem como mapear a ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social com a elaboração de um planejamento capaz de subsidiar a ação, estabelecendo metas, procedimentos e métodos, que se materializem no Plano Municipal de Assistência Social, elaborado a partir de dois eixos estruturantes do SUAS, quais sejam: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização antes referida.

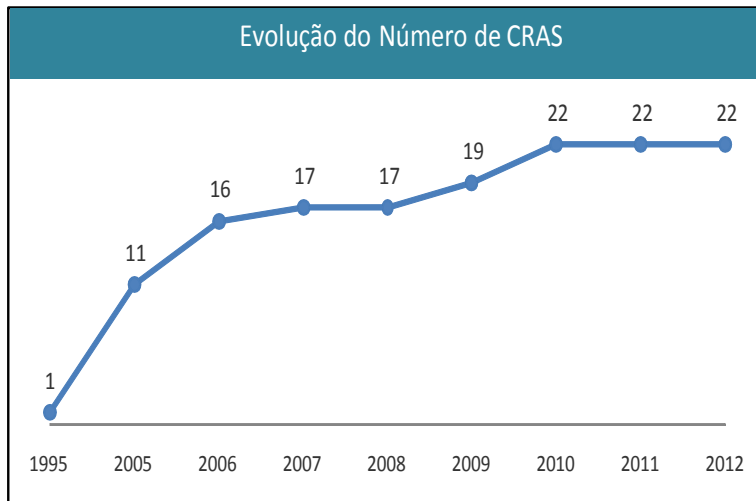
Desta maneira, o CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos sócio-assistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania através da integração de políticas, que, por sua vez, é potencializada pela clareza de objetivos e pela definição de diretrizes governamentais com o apoio do gestor municipal através da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, ferramenta obrigatória de gestão da Política de Assistência Social nas três esferas de governo. Sua construção e implementação estão prevista na LOAS, PNAS (2004) e NOB/SUAS (2005).



VII) Da evolução dos CRAS na Região

No que se refere à existência deste equipamento da Assistência Social na região da Mata Norte, o monitoramento revela que esta região conta com 22 CRAS, sendo 21 urbanos e 01 rural. Vale ressaltar a necessidade de novos equipamentos, uma vez que, foi verificado que em 02 municípios o total de CRAS é inadequado.

Gráfico 03 – Evolução no quantitativo de CRAS da Mata Norte 1995 | 2012



Ao analisarmos a evolução do quantitativo de CRAS na região o gráfico ao lado mostra que desde o ano de 1995 os números vêm crescendo a cada ano, demonstrando que tais unidades são de extrema importância para a ampliação do acesso da população aos outros serviços da política de assistência e demais políticas com as quais a assistência social se articula.

Fonte: GMA/PMAPAS 2012

Do exposto acima é ainda possível apreender que a região ampliou seu quantitativo de CRAS no intervalo temporal de 1995 – 2012, em que saltou de 01 CRAS neste primeiro ano (1995) para 22 neste último (2012).

VIII) Da existência de placa de identificação nos CRAS da Mata Norte

Neste aspecto, interessa chamar atenção para a importância dos referidos equipamentos serem identificados, o que se verifica em 22 destes, sendo 14 (63,3%) deles identificados com placa conforme parâmetros do MDS e de acordo com o disposto na nota técnica nº 22/2011/DGI/SAGI/MDS² e, 05 CRAS (22,7%) conforme outro modelo, 02 CRAS (9,1%) possui placa de acordo com outro modelo, porém, fixada em local não visível e 01 possui placa de identificação de acordo com o modelo do MDS, porém, fixada também em local não visível. A preocupação com a identificação dos CRAS, assim como de outros equipamentos que asseguram a prestação de serviços dentro da política de Assistência Social à comunidade, deve se pautar, sobretudo, pela perspectiva de permitir, ao máximo, o acesso da população às informações acerca da política social de que se está tratando, uma vez que a sua publicização constitui um instrumento capaz de potencializar o acesso e garantia àqueles que dela necessitem. Assim, a partir dos dados em destaque, é possível concluir que, de modo geral, a região da mata Norte atende às condições de identificação propostas, o que contribui para o fortalecimento de sua atuação junto à população, capaz de conhecer e se dirigir ao equipamento de forma autônoma.

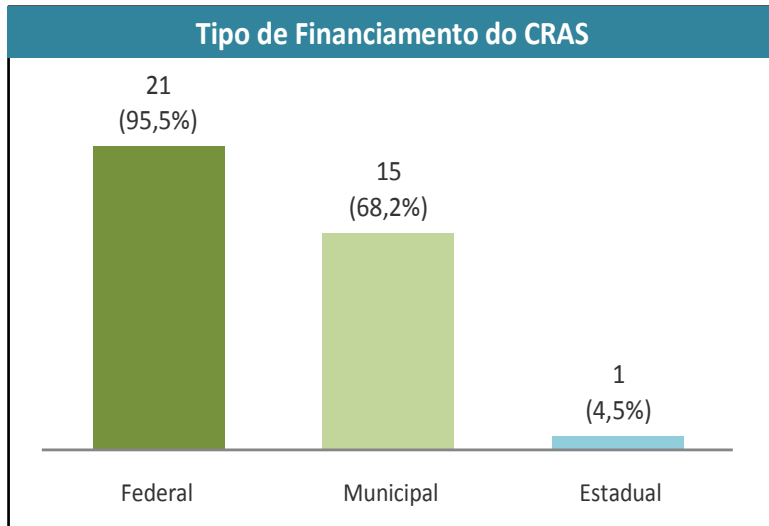
² Sobre as metas de Desenvolvimento dos CRAS no período 2010/2011 – Censo CRAS 2010: Memória de cálculo.



IX) Das Fontes de financiamento dos CRAS

Gráfico 04 – Fonte de financiamento dos CRAS

Fonte: GMA/PMAPAS 2012



Quanto ao financiamento das unidades de CRAS na Região, os dados apontam que dos 22 CRAS existentes, 21 (95,5%) tem como fonte de financiamento a esfera federal. Em 15 (68,2%) deles está presente o financiamento municipal e em 01 unidades (4,5%) comparece a esfera estadual como fonte de financiamento. Tal aspecto evidencia ainda a necessidade de reforço destes equipamentos, a fim de assegurar uma ampliação e melhoria dos serviços socioassistenciais neles ofertados.

X) Dos Recursos Humanos existentes no CRAS e Carga Horária do Equipamento

No que se refere à constituição da equipe técnica do CRAS, os dados produzidos no monitoramento informam a existência de equipe satisfatória, conforme prevista no Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/SUAS (2006), em apenas 07 desses equipamentos. Enquanto 15 deles não dispõem de equipe completa. Cabe ressaltar que as equipes de referência para os CRAS, conforme a norma antes referida é estabelecida conforme o porte populacional do município³. Esta norma trata ainda de estabelecer a necessidade de que cada CRAS conte com um coordenador na composição da equipe, independente do porte do município. Neste aspecto, os dados dão destaque para o fato de que pelo menos 01 CRAS da mata Norte também descumprem esta última orientação técnica, ou seja, não possuem coordenador para acompanhamento das atividades realizadas pela equipe no território. Vale destacar ainda que a presença do coordenador no Equipamento Social garante a realização de atividades de vigilância social, organização e sistematização de dados das famílias referenciadas entre outras ações que a equipe técnica por si só não pode intervir no território.

No que concerne a carga horária dos CRAS, estes devem, segundo as normas técnicas, funcionar no mínimo por 40 horas semanais, podendo, este horário, ser flexível, permitindo que o equipamento funcione aos finais de semana e horários noturnos. Neste aspecto, os dados produzidos na região da mata Norte revelam que 21 de suas unidades de CRAS cumprem a determinação da carga horária, enquanto

³ Até 2.500 famílias referenciadas o CRAS deverá dispor de 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo e, 2 técnicos de nível médio; Até 3.500 famílias referenciadas, deverá dispor de 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo e, 3 técnicos nível médio; A cada 5.000 famílias referenciadas, deverá dispor de 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS e, 4 técnicos de nível médio (NOB-RH/SUAS, 2006).



apenas um deles não o faz. Neste item é preciso salientar que tal carga horária deve ser respeitada com a equipe de referência do CRAS estando completa no Equipamento para garantir que qualquer usuário que chegue ao CRAS seja atendido e/ou encaminhado nas suas demandas específicas.

Finalmente, faz-se necessário pontuar que no âmbito do funcionamento dos CRAS, o cumprimento de horários, apesar de representar uma condição de extrema importância, não deve ser compreendido como um elemento que não se pode flexibilizar. Na verdade, a organização da carga horária deve privilegiar as características e demandas típicas do território, permitindo adequações, o que não pode prejudicar o atendimento aos usuários. Em caráter de prioridade, devem ser assegurados aspectos como a composição completa da equipe e a adequação da estrutura física e dos materiais, além de outras condições que assegurem a qualidade dos serviços prestados e a efetividade das ações.

XI) Dos encaminhamentos realizados pelas equipes dos CRAS

Entre as atividades realizadas pelas equipes nos CRAS estão os encaminhamentos que constitui uma prática recorrente nesses equipamentos, o que materializa a necessidade da execução de um trabalho em rede no âmbito da política de assistência social, uma vez que as respostas às demandas apresentadas pelos usuários nem sempre poderão e/ou deverão ser atendidas no âmbito específico do equipamento a que ele acessa inicialmente, cabendo aos profissionais que nele atuam construir mediações para que o usuário acesse os meios de suprir suas necessidades.

Desse modo, atentar para a recorrência de encaminhamentos no espaço de que se está tratando, ganha relevância e não é um dado vazio de sentido, já que dele pode-se apreender as maiores necessidades daquela população, o que, por conseguinte, aponta as áreas para a qual se deve conferir maior atenção, maior investimento pela gestão governamental.

Nesse âmbito, os CRAS da mata Norte realizam, destacadamente, encaminhamentos referentes à outras políticas públicas, o que fora apontado por 21 destes equipamentos, sucedida pela recorrência de encaminhamentos para benefícios eventuais apontado por 20 CRAS.

XII) Dos Benefícios eventuais atendidos pelos CRAS

Também os benefícios eventuais ocupam um lugar de destaque nas atividades realizadas nos CRAS. Acerca desse dado, cabe enfatizar sua importância, uma vez que não constitui competência específica desse equipamento materializar essa natureza de prestação. O monitoramento revelou que, 16 CRAS dessa região apenas o encaminham para outro órgão, 05 atendem benefícios eventuais e, apenas 01 não atende essa demanda. Dos equipamentos que atendem esses benefícios, a cesta básica é tipo mais recorrente atendido pelos CRAS. Outro dado que chama atenção é a oferta de passagens, apontada como demanda de benefício eventual atendida por 03 dos CRAS monitorados, o que pode refletir uma necessidade local, que se fundamenta em elementos que são específicos de sua realidade. Para tal, é preciso atentar para a necessidade de, com base na realidade e na direção da normatização dessa natureza de benefícios na LOAS (1993), construir/aprovar lei estadual e municipal que regulamente e defina os seus benefícios eventuais.

Numa perspectiva de esclarecimento, deve-se sublinhar que os benefícios eventuais constituem prestações da política de Assistência Social legalmente prevista no artigo 22 da LOAS (1993), a qual trata



de defini-los como “provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”⁴.

De tal modo, cabe chamar atenção para o seu caráter “suplementar e provisório”, uma vez que significa incorrer em equívoco torná-los elementos centrais da prestação de serviços no âmbito da política social referida, logo, é fundamental que atuem tão somente de forma complementar aos serviços da proteção social básica e especial, a fim de não reduzir a política de Assistência Social à garantia destes. Todavia, também não se pode desvencilhar de uma compreensão fundamental: ainda que marcados por esse caráter de complementaridade e provisoriedade, os benefícios eventuais configuram um direito de todos aqueles que deles necessitem.

XIII) Das estratégias utilizadas pelo CRAS para mapear a área de abrangência e as famílias referenciadas

Outro elemento para o qual se atentou no processo de monitoramento dos CRAS da mata Norte, diz respeito às estratégias por estes utilizadas para mapear a área de abrangência e as famílias referenciadas. Este mapeamento deve ocorrer em todo o território de referência dos CRAS uma vez que ele potencializa o conhecimento da realidade das famílias usuárias e das suas territorialidades. A partir deste mapeamento podem-se levantar informações imprescindíveis para qualificar as formas de atuação com esse público alvo da política, para lidar com suas demandas numa perspectiva de totalidade, considerando as inúmeras determinações (carências, ausência de acessos, vulnerabilidades etc.) que por ventura se apresentem no território. Assim como para fundamentar requisições por programas, serviços, benefícios, estruturas, equipamentos, instrumentos de trabalho etc., que sejam apontados como necessários a partir dos dados concretos da realidade mapeada.

Sobre essa matéria verificou-se na mata Norte que uma das principais estratégias utilizadas para mapear a área de abrangência e as famílias referenciadas é a realização de visita com apoio de questionário ou formulário para coleta de informações da família, estratégia utilizada por 20 CRAS (90.9%) dessa região.

As estratégias utilizadas pelos CRAS são, de modo geral, muito semelhantes entre estes equipamentos. No entanto, um dado significativo e que destoa dessa realidade, se refere à realização de **sistematização informatizada das informações do território e das famílias**, uma vez que apenas 09 CRAS (40, 9%) fazem uso dessa estratégia. Este dado, ao mesmo tempo em que pode sinalizar uma subutilização das informações obtidas por outras vias de mapeamento, também deve ser considerado a partir da avaliação da existência de poucos equipamentos que possibilitem fazê-lo (neste caso, particularmente de computadores). Nesse sentido, é importante ressaltar que o monitoramento identificou que a maioria dos CRAS dessa região dispõe desse item na sua estrutura, o que não justificaria tal dado.

XIV) Da Existência de equipamentos em perfeito funcionamento nos CRAS

Atentar para a relevância da existência de equipamentos nos CRAS remete a reflexão do papel que estes cumprem na viabilização do próprio trabalho da equipe profissional que atua nestes espaços. Logo, é imperativo considerar que o desempenho dos profissionais, para além de exigir o seu compromisso,

⁴ Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011, alterando a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.



impõe que lhe sejam asseguradas condições materiais para tal (estrutura física, mobiliário, equipamentos, etc.). Nesse aspecto, chama especial atenção o fato de apenas 02 CRAS disporem de veículo de uso exclusivo, uma vez que este se constitui um item de grande necessidade, justificada pela própria dinâmica de atuação dessa instituição, em que há, por exemplo, necessidade da realização de visitas para apreensão de dados da realidade das famílias e do território com os quais se lida. De toda forma, uma mediação importante, que também é revelada pelo monitoramento diz respeito à disposição de veículo de uso compartilhado (apontado por 20 CRAS), elemento que, se por um lado aponta uma tentativa de suprimento da ausência de carro do próprio no CRAS, por outro lado, situa um elemento que pode dificultar a atuação da equipe, que, muitas vezes, fica a mercê de agendamentos e/ou dependente da autorização de outro órgão para fazer uso do carro. Também chama atenção o dado de que somente 07 CRAS dispõem de telefone em perfeito funcionamento, uma vez que o estabelecimento de comunicação, potencializada por este equipamento (seja com a rede, com o usuário ou com outros órgãos e serviços quaisquer) é, muitas vezes, condição para se viabilizar respostas profissionais aos usuários e a população como um todo.

XV) Dos itens de acessibilidade e das condições do imóvel de funcionamento do CRAS

Sobre os itens de acessibilidade e condição do imóvel dos CRAS, verifica-se a partir dos dados do monitoramento, que, 12 dos CRAS da mata Norte possuem de 1 a 3 itens de acessibilidade, enquanto 06 destes não apresentam item nenhum.

Tabela 1 – Itens de Acessibilidade Versus condição do Imóvel

Fonte: GMA/PMAPAS 2012

Itens de acessibilidade	Condição do imóvel			TOTAL
	Próprio	Alugado	Cedido	
Apenas um item	0	2	0	2
Dois itens	2	2	0	4
Três itens	1	4	1	6
Quatro itens	1	2	0	3
Cinco ou mais itens	0	1	0	1
Não possui acessibilidade	2	4	0	6
TOTAL	6	15	1	22

Ressalte-se que, para além de dar identidade aos CRAS, as condições do espaço físico dizem muito da preocupação da gestão com os usuários ou potenciais usuários da política, entre os quais se incluem aqueles que por razão de locomoção ou outra qualquer, dependem de itens de acessibilidade para conseguir estar na instituição.

Cabe ainda lembrar que os CRAS se afirmam como unidade pública viabilizadora de encaminhamentos e serviços de proteção básica, portanto, é uma referência para as famílias que residem no seu território de abrangência e, como tal, devem ter assegurados os meios que proporcione esse acesso. Assim, devem ser espaços de qualidade, que rompam com os elementos do passado da Assistência Social, marcados pela máxima de oferecer “serviços pobres para a população pobre”, caracterizando-se sobre o marco da filantropia e assistencialismo que historicamente acompanhou os equipamentos da Assistência Social. Assim, além do conforto para todos os usuários e trabalhadores desses equipamentos, é urgente que assegurem a acessibilidade, sobretudo das pessoas com deficiência e idosas.



No que se refere à condição do imóvel, o quadro acima revela que 15 dos CRAS da região são alugados, enquanto apenas 06 deles são próprios. Chamar atenção para esse aspecto remete a possibilidade de adequar o ambiente, inclusive, assegurando os itens de acessibilidade, caso não os tenha. Diante disso, torna-se relevante a aquisição de imóveis próprios, conforme isto se apresenta, muitas vezes, como condição para a instalação da estrutura adequada ao funcionamento dos serviços assistenciais, pois para além da dificuldade de encontrar imóveis disponíveis para alugar nas áreas de maior vulnerabilidade social (onde devem se localizar), estes, tendem a apresentar estrutura inadequada, bem como os contratos de locação podem estabelecer o impedimento de realizarem-se reformas abrangentes e, que assegurem a qualidade da atuação dos profissionais e, por conseguinte, dos serviços que chegam aos usuários da política.

3.2.2. Benefício de Prestação Continuada – BPC

Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o Benefício de Prestação Continuada - BPC é um benefício da Política de Assistência Social, foi instituído pela Constituição Federal e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, Lei nº 8.742 de 7/12/1993 pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

É um benefício **individual, não vitalício e intransferível**, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família.

A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente. Os recursos para o custeio do BPC provêm da Seguridade Social, sendo administrado pelo MDS e repassado ao INSS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Mas além da garantia de renda mensal, o BPC passa a ser, para beneficiários crianças e adolescentes com deficiência com até 18 anos de idade, sinônimo de acesso à educação, pela ação intersetorial realizada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Saúde (MS), e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). Foi instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007. Já os procedimentos e instrumentos para adesão ao Programa foram aprovados pela Portaria Interministerial nº 01, de 12 de março de 2008, publicada no DOU nº 54, de 19 de março de 2008.

O Programa BPC na Escola é composto por quatro eixos, quais sejam: identificar entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na Escola e aqueles que estão fora da Escola; identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na Escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; e realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa Vida e Saúde.



Segundo dados do MDS, a região da Mata Norte apresenta um quantitativo equivalente a 19.212 de beneficiários do BPC, sendo 11.136 com algum tipo de deficiência, e 8.049 pessoas idosas. Atualmente são 3,6 milhões (dados de março de 2012) beneficiários do BPC em todo o Brasil, sendo 1,9 milhões pessoas com deficiência e 1,7 idosos. (MDS, 2012). Em Pernambuco, os dados de referência do Mês de abril de 2012 apontam que existem 149.220 beneficiários deficientes e 103.406 idosos (MDS/SAGI, abril de 2012).

XVI) Maior Incidência para a Suspensão do BPC e formas de divulgação no município

Nos municípios visitados constatou-se que a condição de maior incidência para suspensão do BPC é a superação das condições de acesso ao benefício, colocada em destaque por 14 municípios da região, o que representa um aspecto bastante positivo, uma vez que reafirma uma das características do benefício (o caráter provisório). Em seguida, foi citada como segunda maior incidência para a suspensão do BPC, a morte do usuário. Não são expressivas na região situações de suspensão do BPC em função de irregularidades em sua concessão e manutenção.

Ficou constatado no monitoramento de 2012, que a divulgação do BPC na região da Mata Norte, se dá, principalmente, por meio de palestras. Em seguida, destaca-se a realização de busca ativa e de campanhas nas ruas. Desse modo, revela-se o reconhecimento da importância da comunicação enquanto estratégia de disseminação da informação. Neste aspecto cabe lembrar a dificuldade enfrentada pela equipe de monitoramento que visitou os municípios quanto à ausência de pessoa responsável e por responder pelo benefício no município e dar informações válidas sobre o mesmo. Ressalta-se desta maneira que a composição do grupo gestor naquele local cumpre exatamente a função de executar a intersectorialidade exigida pela oferta do benefício no momento em que tal município tem usuários com o BPC na escola.

XVII) Da Composição do Grupo Gestor, sua atualização junto ao MDS e demais atividades

No que se refere à atualização do grupo gestor do BPC na Escola junto ao MDS, 05 municípios afirmam estar atualizados e 08 declaram desatualização. Os dados colhidos na região apontam que dos 19 municípios da região, 13 deles aderiram ao BPC na escola e, destes que fizeram adesão, 01 informou sentir dificuldade em formar o grupo gestor. Cabe ressaltar a situação insatisfatória, do ponto de vista da garantia de gestão descentralizada e participativa no âmbito do benefício, conforme prevê a Portaria Normativa Interministerial nº 18/2007. O número de municípios com informações desatualizadas é expressivo, o que pode gerar debilidades no processo de gestão do BPC na Escola em nível local, fazendo-se necessária a atualização, a partir de procedimentos que reflitam a realidade municipal. Um reflexo desta desatualização dos grupos gestores do BPC na Escola é a ausência de informações válidas a respeito dos beneficiários, do seu perfil e quantitativos reais, que nesta região foram detectados em pelo menos 03 municípios que não souberam informar o total de beneficiários inseridos na escola, ficando impossível apresentar resultados gerais para região.

Dentre as atividades realizadas pelo Grupo Gestor com vistas à identificação e garantia da inclusão dos beneficiários na escola, as articulações com a saúde, educação e as visitas domiciliares são as atividades de maior execução na Mata Norte, demonstrando, por parte dos gestores, o entendimento de que a educação e a saúde admitem vínculos com a inserção na família e a sociabilidade. Embora em número



inferior, são registradas articulações com outros setores de políticas sociais e com famílias, o que indica a adoção de uma perspectiva de trabalho intersetorial e participativo.

XVIII) Barreiras de acesso do beneficiário à escola e dificuldades para o acesso e permanência na escola

As principais dificuldades e barreiras de acesso e permanência dos beneficiários à escola se apresentam na região são: ausência de acessibilidade nas escolas, local de difícil acesso e a falta de transporte que viabilize o deslocamento dos alunos. Em se tratando da capacidade instalada de acessibilidade nos imóveis, verificou-se que os banheiros e as salas de aulas são os espaços com os maiores déficits de acessibilidade, liderando o ranking das barreiras encontradas por este público. Os pátios, refeitórios e os laboratórios de informática também apresentam barreiras físicas significativas.

Nesse sentido, esses espaços requerem medidas prioritárias de adequação, a fim de garantir não apenas o acesso, mas a permanência do beneficiário na escola, bem como a continuidade do processo de aprendizado. Diante dos dados, evidencia-se a necessidade da estruturação de ações voltadas à superação deste quadro, com vistas à garantia do direito à educação. Nesse sentido, as intervenções devem privilegiar articulações intersetoriais entre as políticas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos, considerando a multiplicidade dos fatores incidentes sob o acesso e permanência dos beneficiários na escola.

XIX) Das Deficiências de Maior Predominância na Região

Tabela 02 - Deficiências de Maior Predominância na Região

Fonte: GMA/PMAPAS 2012

Tipos de deficiência	Total de municípios	% de municípios
Cegueira	1	7.7
Baixa Visão	1	7.7
Surdez	7	53.8
Auditiva	4	30.8
Física	12	92.3
Mental / intelectual	13	100.0
Transtornos globais do desenvolvimento	4	30.8
Síndrome de Down	5	38.5
Doenças crônicas/degenerativas	4	30.8
Múltiplas	5	38.5

Como informam os dados do Monitoramento 2012, na Região da Mata Norte, o tipo de deficiência predominante é a deficiência mental/intelectual, registrada em 100% dos municípios. Também lidera a ocorrência dos diferentes tipos, a deficiência física, presente em aproximadamente 92% dos municípios.

Nesse caso, revela-se a importância de ações voltadas às demandas e necessidades desse público, considerando a perspectiva da inclusão e do acesso a direitos. Entretanto, isso não quer dizer que as intervenções se limitem a esses sujeitos, devendo atingir à totalidade das pessoas com deficiência no município, embora apareçam em quantidade inferior.

XX) Do Entendimento das famílias sobre a Inclusão e Frequência dos Beneficiários na escola



Com base no argumento de que o entendimento das famílias sobre o acesso da pessoa com deficiência à educação incide na inclusão e frequência dos beneficiários na escola, o Monitoramento 2012 buscou captar a percepção dessas famílias, a fim de subsidiar os municípios no enfrentamento a condições que limitam a inserção e permanência dos beneficiários na escola. Com esse direcionamento, observa-se que ao mesmo tempo em que algumas famílias compreendem a importância dos beneficiários frequentarem a escola, outras acreditam que os beneficiários não devem frequentá-la por não existir profissionais preparados para trabalhar com pessoas com deficiência. Pode-se dizer ainda, que um número significativo de famílias admite que no espaço escolar os beneficiários ficam mais expostos, podendo sofrer preconceito e violência. . Desse modo, evidencia-se que, apesar da valorização do processo de aprendizado e sociabilidade na escola, as famílias vivenciam uma *situação de insegurança em relação a essa inserção*, admitindo que *a escola não garante a segurança física e psicológica das crianças e adolescentes*. Esse tipo de compreensão pode levar tanto a não-inserção dos beneficiários, quanto à evasão escolar. Diante dessa realidade, faz-se necessária a adoção de estratégias voltadas ao combate do preconceito e da violência, de maneira articulada ao debate acerca da temática dos Direitos Humanos, mobilizando diferentes políticas e serviços sociais.

3.2.3. Projovem Adolescente

Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), O Projovem Adolescente integra o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, como modalidade exclusivamente destinada à faixa da juventude compreendida entre os 15 e 17 anos. Trata-se de um serviço sócio-educativo de proteção social básica, ofertado aos jovens pelos Centros de Referência de Assistência Social e entidades conveniadas da rede socioassistencial. Foi instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e é regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008 e por disposições complementares estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela sua coordenação.

Os adolescentes são organizados em grupos, denominados coletivos, compostos por no mínimo 15 e no máximo 30 jovens. O coletivo é acompanhado por um orientador social e supervisionado por um profissional de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), também encarregado de atender as famílias dos jovens, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

O Projovem Adolescente possui um Traçado Metodológico que organiza os tempos e conteúdos do serviço em um encadeamento lógico de etapas ou “percursos socioeducativos” que deve ser observado pelos municípios e pelo Distrito Federal. Em outras palavras, a execução do Projovem Adolescente pressupõe um “itinerário formativo” para os jovens, com início, meio e fim. Assim, os coletivos do Projovem Adolescente são constituídos, desenvolvem uma série de atividades sequenciais e depois concluem suas atividades numa data específica, definida antes mesmo do início das atividades.

O tempo estabelecido para o “itinerário formativo” dos jovens foi alterado. O ciclo de atividades que era de dois anos passa a ser de um ano para municípios que iniciaram coletivos em 2012. No entanto, os municípios que iniciaram seus coletivos em 2011, deverão cumprir o ciclo de atividades de dois anos, considerando que já executaram as atividades do ciclo I em 2011 e executarão as atividades do ciclo II em 2012.



A alteração no período de execução do PJA tem respaldo no Decreto nº 7.649, de 21 de dezembro de 2011 que modifica o Decreto 6.629, de 04 de novembro de 2008, que regulamenta o Programa nacional de Inclusão de Jovens. Segundo dados do MDS o Projovem adolescente em Pernambuco possui 1.641 coletivos, totalizando 41.025 vagas e 25.345 jovens cadastrados no Sisjovem que é uma ferramenta de gestão, que fornece aos gestores de assistência social, das três esferas de governo, informações detalhadas e consolidadas sobre todos os coletivos que aderiram ao Projovem Adolescente, bem como, informações sobre os jovens que participam do serviço e permite acompanhar a frequência dos mesmos às atividades. (MDS/SAGI, maio de 2012).

É fundamental que as adaptações metodológicas feitas resguardem os princípios do Traçado Metodológico, priorizando a compreensão e debate dos conteúdos, a participação ativa dos jovens no coletivo, o desenvolvimento de potencialidades e aquisições para atuação crítica e proativa no seu meio social e nas discussões relativas ao mundo do trabalho. A metodologia deverá ajustar-se ao ritmo e às características específicas de cada coletivo, em conformidade com a dinâmica do contexto local em que se inserem, de modo a valorizar os “saberes” dos participantes, propiciando novos conhecimentos sobre cultura, direitos humanos e as questões socioassistenciais, esporte e lazer, meio ambiente, saúde e mundo do trabalho, conforme diretrizes da Portaria Nº171/2009, que dispõe sobre o Projovem adolescente – Serviço Socioeducativo.

Segundo dados do MDS, a região da Mata Norte apresenta um quantitativo equivalente há 178 coletivos de projovem adolescente presentes em 19 dos municípios. Em 04 municípios da região estes coletivos funcionam durante três dias na semana, enquanto que em 11 coletivos o funcionamento se dá nos cinco dias da semana e 04 deles funciona quatro dias na semana.

XXI) Do Acompanhamento Escolar dos Adolescentes

Foi considerada na análise do Projovem Adolescente a existência de duas estratégias fundamentais de acompanhamento escolar dos usuários que são: *a solicitação de informações sobre o adolescente à escola e a realização de visitas à escola*. Os dados do monitoramento indicam, portanto, que na primeira modalidade, os coletivos privilegiam a abordagem em relação ao comportamento e à declaração de frequência escolar. Em seguida, buscam identificar como ocorre o aproveitamento do aprendizado e a interação do usuário no ambiente escolar. Já no que se refere às visitas ao espaço da escola, o objetivo principal é a obtenção da declaração da frequência escolar, seguida de informações acerca do comportamento do adolescente, sua interação e aproveitamento de aprendizagem. Dessa forma, evidencia-se a limitação do processo de acompanhamento escolar, voltado, essencialmente, à verificação da frequência escolar, em detrimento de aspectos de maior relevância, como o nível de aprendizagem e a sociabilidade do adolescente, caracterizada por seu comportamento e interação.

XXII) Das Principais dificuldades / desafios para desenvolvimento do Projovem



Tabela 03 - Principais dificuldades / desafios para desenvolvimento do Projovem

Fonte: GMA/PMAPAS 2012

Dificuldades/desafios	Total de municípios	% de municípios
Estrutura física inadequada	8	42.1
Falta de equipamento	3	15.8
Descrédito dos adolescentes	6	31.6
Rotatividade dos profissionais	1	5.3
Falta de motivação dos adolescentes	9	47.4
Inclusão e permanência dos adolescentes no programa	9	47.4
Outros	5	26.3

No âmbito das dificuldades e desafios à implementação do Projovem, a mata Norte vivencia de maneira mais acentuada a falta de motivação e a inclusão e permanência dos adolescentes no Serviço. Assim como a falta de estrutura física adequada. Diante desse quadro, pode-se dizer que a falta de motivação dos adolescentes pode estar

relacionada às debilidades no funcionamento do Serviço, como é o caso da estrutura física inadequada que acaba por se tornar um fator dificultador de adesão. Tal constatação evidencia a necessidade de maiores investimentos na aquisição de materiais e melhorias de infraestrutura, considerando sua contribuição para o processo de formação dos usuários nos coletivos, e, ainda, da construção de alternativas que promovam a adesão dos adolescentes à proposta do Programa, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência nas atividades.

XXIII) Da Inclusão dos Adolescentes no PROJOVEM

No que se refere à inclusão dos adolescentes no Projovem, os dados do Monitoramento 2012 demonstram que a Proteção Social Básica (PSB), as demandas espontâneas e o Ministério Público são as principais vias de acesso ao Programa, com destaque para os encaminhamentos oriundos da PSB, que reforçam a perspectiva da prevenção a situações de risco e vulnerabilidade social no território. O fato da demanda espontânea ocupar a posição muito próxima da (PSB) em termos de inclusão, também merece ser pontuado, uma vez que sinaliza para os níveis satisfatórios de disseminação de informações acerca do Programa entre seu público-alvo. De modo geral, observa-se fragilidade de encaminhamentos e articulações no âmbito da saúde, havendo um fluxo estabelecido com as demais instâncias e equipamentos.

XXIV) Das Atividades desenvolvidas com os adolescentes nos coletivos

Quanto ao desenvolvimento de atividades com os adolescentes inseridos no Projovem, os municípios da Mata Norte apresentam uniformidade na sua realização. Embora as atividades culturais e meio ambiente se sobressaíam, as de caráter esportivo, voltadas ao tema de inclusão digital também são desenvolvidas de forma recorrente.

XXV) Da Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida

Em conformidade com a agenda política de garantia de direitos às pessoas com deficiência, o item *acessibilidade* faz-se fundamental e obrigatório nos espaços públicos (Lei 7.853/89 - Estatuto da pessoa



com deficiência). Entretanto, o que se observa nos municípios visitados com Projovem é que não há acessibilidade em um contingente importante de municípios (57,9%), indicando a inadequação desses espaços ao recebimento de pessoas com deficiência. Desse modo, a Região apresenta-se deficitária no tocante à acessibilidade ofertada aos adolescentes inseridos no Programa, requerendo, pois, intervenções capazes de promover a adequação dos espaços, no sentido de atender às necessidades do público em questão e assegurar sua inclusão e permanência efetivas no Programa.

XXVI) Da Equipe do PROJOVEM

No que tange à formação da equipe dos coletivos existentes na região da mata Norte os dados apontam que 16 coletivos (84,2%) dispõem de coordenador e 16 deles tem a presença do educador na equipe e 17 deles possuem o monitor, profissional indispensável nas atividades do PROJOVEM. Há, pois, grande déficit de pessoal administrativo e merendeira.

XXVII) Do Trabalho Social voltado ao Adolescente do Projovem e sua Família/ comunidade

No que se refere ao trabalho social voltado ao adolescente do Projovem e sua Família/comunidade, observa-se que se caracterizam, predominantemente, pela oferta de orientações e encaminhamentos e por aspectos relacionados à informação, comunicação e defesa dos direitos. A busca ativa e a formação de grupos de convívio e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, também são amplamente desenvolvidos na Região. A partir desses dados, é possível concluir que, em sua operacionalização, o Programa reproduz o direcionamento proposto pelo SUAS às ações da Assistência Social, contando com eixos de intervenção estruturados de forma satisfatória nos municípios do Mata Norte.

3.3. Ações da Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (PNAS, 2004, p.37).

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a Proteção Social Especial atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comporta encaminhamentos efetivos e monitorados, apoio a processos que assegurem qualidade na atenção.

Nesse contexto, a Proteção Social Especial, tem como direção: proteger as vítimas de violências, agressões e as pessoas com contingências pessoais e sociais; monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência; desenvolver ações para eliminação/redução da infringência aos direitos humanos e sociais. Este campo de proteção na assistência social se ocupa das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências/vitimizações e agressões, cujo nível de agravamento determina seu padrão de atenção.



Os serviços de Proteção Social Especial caracterizam-se por níveis de complexidade de acordo com o nível de agravamento, a natureza e a especificidade do trabalho social ofertado. Muito embora conservem algumas especificidades nos dois níveis de complexidade, a oferta dos serviços especializados na PSE tem caráter continuado, devendo ser organizada em consonância com a realidade dos territórios, por meio de um desenho homogêneo que assegure uma padronização nacional no âmbito do SUAS, com flexibilidade para as necessárias adaptações locais, tendo em vista maior qualificação em sua oferta. (Caderno do CREAS, 2011, p. 21).

3.3.1. Proteção Social Especial de Média Complexidade

Os serviços de Média e Alta Complexidade devem ser oferecidos de forma continuada a cidadãos e famílias em situação de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violações físicas e psíquicas, discriminações sociais e infringência aos direitos humanos e sociais. Dentro da Média Complexidade, é ofertado atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar.

A proteção social de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento destas situações, implica acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede. (caderno do CREAS, 2011, p. 21).

Estes serviços demandam maior especialização no acompanhamento familiar e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Requerem, ainda, intensa articulação em rede para assegurar efetividade no atendimento às demandas da família e sua inserção em uma rede de proteção necessária para a potencialização das possibilidades de superação da situação vivida.

Vale salientar que, a Proteção Social de Média Complexidade envolve o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, CREAS, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário.

3.3.2. Proteção Social Especial de Alta complexidade

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem a proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitário. O objetivo da Alta complexidade é ofertar serviços especializados, em diferentes modalidades e equipamentos, com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem.

Conforme colocado nas orientações técnicas dos CREAS a oferta destes serviços deve assegurar proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual). A preservação e o fortalecimento ou resgate dos vínculos familiares e comunitários são



prioridades. Assim como a construção de novas referências, quando necessário, desde que adotadas, metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade. (Caderno do CREAS, 2011, p. 22).

A alta complexidade oferta um leque de serviços nos quais se incluem: *Serviço de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades de (abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências)*. (caderno do CREAS, 2011, p. 22).

3.3.3. Centros de Referência Especializada da Assistência Social | CREAS |

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, como integrante do Sistema Único de Assistência Social, é a unidade pública estatal que oferta serviços da Proteção Especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além de se constituir como pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de vínculos.

O CREAS deve, ainda, buscar a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, deve focar no fortalecimento dos recursos para a superação da situação de vulnerabilidade apresentada.

Vale salientar que, cabe ao Centro Especializado da Assistência Social articular os serviços de Média Complexidade e operar a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o sistema de garantia dos direitos e movimentos sociais. Para que isso ocorra, é necessário estabelecer mecanismos de articulação permanentes, como reuniões, encontros para discussão, acompanhamento e avaliação das ações.

De acordo com a PNAS 2004, os serviços ofertados são destinados, as crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, as pessoas com deficiência e as pessoas em situação de rua que tiveram os seus direitos violados e, ou ameaçados e cuja convivência familiar seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento.

No que se trata a criança e ao adolescente, o serviço é direcionado ao cumprimento de medida socioeducativa e desenvolve atividades que possibilitem uma nova perspectiva de vida futura. Já no caso de indivíduos que enfrentaram afastamento do convívio familiar devido à aplicação de alguma medida judicial, é oferecido o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI).



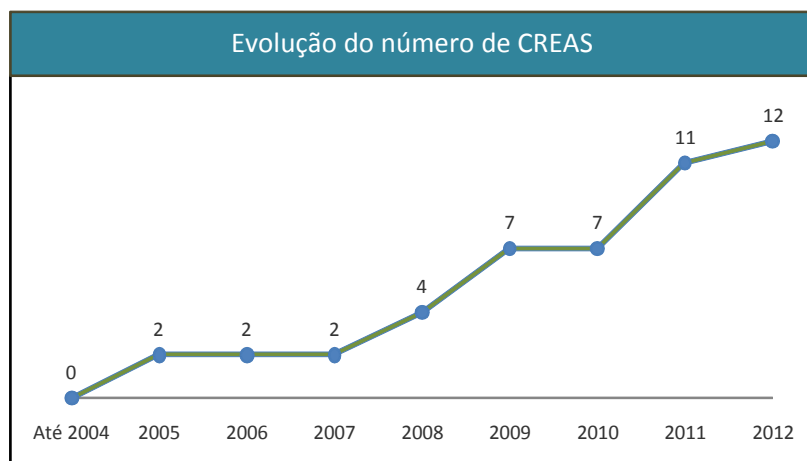
Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias também encontram acompanhamento específico. Nessa situação, os indivíduos são acompanhados para prevenir o preconceito e a exclusão. Para pessoas em situação de rua, as atividades desenvolvem as relações sociais a construção de novos projetos de vida.

Os profissionais do CREAS trabalham também com a abordagem social. Nesse caso, o objetivo é fornecer amparo e acompanhamento assistencial a pessoas que utilizam as ruas como forma de moradia e/ou sobrevivência ou que são vítimas de exploração sexual ou trabalho infantil. Enquanto alguns serviços devem ser ofertados obrigatoriamente no CREAS, outros podem ser apenas a ele referenciados.

XXVIII) Da Evolução do Quantitativo de CREAS na Mata Norte

Gráfico 05 - Evolução do Quantitativo de CREAS na Mata Norte

Fonte: GMA/PMAPAS 2012



O monitoramento realizado em 2012 permitiu realizarmos uma análise da evolução da implantação deste equipamento nas regiões do Estado. Sendo assim, há atualmente, na mata Norte existem 12 CREAS sendo 01 regional e 11 municipais. No gráfico ao lado é possível verificar que entre os anos de

2005 até 2007 não houve nenhuma evolução no que se refere à instalações de novos equipamentos na região. Do ano de 2007 até 2012 percebemos um salto de 2 equipamentos para 12 respectivamente.

Esta evolução na implantação de CREAS na Região indica o início de uma estruturação da política de assistência que se dá prioritariamente no território a partir do qual devem ser planejadas todas as ofertas de serviços da referida política. Demonstra o esforço dos entes envolvidos na aquisição de Equipamentos de atendimento à população que demanda por direitos e por intervenções estatais no sentido de enfrentar as mais variadas formas de violações de direitos e, conseqüentemente, de rompimentos de vínculos familiares e comunitários.

XXIX) Das Fontes de Financiamento dos CREAS na Mata Norte

No que tange às fontes de financiamento os dados apontam que na Mata Norte 10 CREAS recebem financiamento federal. Enquanto 9 unidades recebem financiamento municipal, o que equivale a 75% e apenas 02 dos CREAS existentes declarou possuir financiamento estadual. Percebe-se que a maioria dos CREAS declararam receber financiamento federal e dentro dessa perspectiva a participação do Estado é



apresentado em menor percentual a partir das informações fornecidas. Percebe-se que tal realidade se repete no âmbito da gestão da política como discutido no quadro situacional dos municípios e também na Proteção básica. Fato que só reforça a análise anterior de que é necessário ao estado investir na melhoria dos co-financiamentos também nas ações da proteção social especial.

Aspecto relevante destacar o que determina a LOAS em matéria de financiamento da política de assistência social a qual prevê sua estruturação tendo por base os fundos de assistência social para todos os entes federados devendo ser geridos por órgãos responsáveis pela política de assistência social em cada esfera de governo. E, neste item, não se pode deixar de tocar na importância de incluir nas atividades de planejamento da política, aquilo que a LOAS também visa assegurar: *o direito da participação direta e/ou representativa da população na elaboração, controle e avaliação das ações da assistência social, por meio dos Conselhos de Assistência Social nas várias instâncias da federação assim como das Conferências enquanto espaços democráticos e deliberativos*⁵. (Brasília 2011, p. 12). Desta forma é possível garantir que a população de forma direta ou indiretamente seja atendida na política de forma qualificada, satisfatória e que a oferta dos serviços de fato represente a valorização do usuário na política e a atuação do estado seja reflexo do direito que à população pertence, de acessar a política tantos quanto dela necessitem.

XXX) Da Placa de Identificação dos CREAS na Mata Norte e Serviços Ofertados nos CREAS na Mata Norte

Os resultados encontrados a respeito da placa de identificação do equipamento para a população usuária do território, indicam que pouco mais de 58,3% dos equipamentos possuem tal placa conforme modelo proposto pelo MDS. Já 25% deles aproximadamente ou seja, 03 unidades não possuem nenhum tipo de identificação do equipamento e 01 deles possuem a placa de outro modelo e 01 CREAS possui a placa de acordo com o MDS, porém, não fixada em local visível. Neste item vale salientar a necessidade do serviço do CREAS ser disponibilizado para a comunidade e sua identificação é primordial para que a população reconheça e possa acessar o equipamento.

No que tange aos serviços ofertados nos CREAS, sabe-se que este equipamento é responsável pela oferta de um leque de serviços para os usuários referenciados sendo assim, os dados mostram que em 10 das unidades, como prevê os instrumentos legais que regulamentam os serviços do CREAS, o PAEFI está sendo ofertado no equipamento do CREAS. Em 12 deles, ou seja, (100%) é ofertada a Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e seus Familiares, em 07 das unidades são ofertadas as Medidas Socioeducativas (LA/PSC), e 05 unidades declararam possuir o serviço Especializado em Abordagem Social de rua, enquanto 08 ofertam o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

XXXI) Dos Equipamentos e materiais existentes nos CREAS na Mata Norte

Com relação à existência de equipamentos e materiais para o desenvolvimento das atividades nos CREAS a realidade aponta que de modo geral a estrutura das unidades está contemplada com materiais de

⁵ Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011. Gráfica e Editora Brasil LTDA



expediente, mobiliário, computadores e impressoras na maior parte deles. A maior deficiência está no item: telefone e veículo próprio, onde apenas 05 equipamentos são contemplados com esses equipamentos. Vale ressaltar que esses são itens essenciais ao desenvolvimento dos serviços nos CREAS.

XXXII) Das Modalidades de Violações de direitos atendidos nos CREAS da Mata Norte e Atividades realizadas com os usuários

O perfil dos atendimentos mais realizados nos CREAS no que tange à violação de direitos merece destaque para os casos de negligência (presente em 100% dos CREAS) que ocorre principalmente sobre os idosos. As violências física, psicológica e sexual comparecem ainda como uma das modalidades de violação mais presente nos CREAS da região e no público mais atingido estão as crianças e adolescentes.

Outra violação de direito frequentemente atendida nos CREAS da região da Mata Norte se refere ao cumprimento de medida sócio educativa / LA. Esse tipo de violação incide mais sobre homens e adolescentes apontado como atendimento frequente por 05 CREAS.

Quanto às atividades realizadas com os usuários as mais destacadas pela equipe técnica dos CREAS da mata Norte são: entrevistas para avaliação inicial dos casos, o acompanhamento dos casos sociais e a discussão de casos com outros profissionais da rede. O atendimento psicossocial individual e familiar, o atendimento psicossocial de grupo e as atividades socioeducativas, são atividades realizadas por 10 CREAS existentes na região. A construção de Plano Individual e/ou Familiar de atendimento, atividades de voltadas à orientação jurídica e a reunião com grupos de famílias e/ou indivíduos foram citadas por 9 equipamentos. Apenas 06 realizam diagnóstico sócio - territorial (Monitoramento da presença de situações de violações de direitos), tendo sido revelado que somente 01 coloca tal atividade como uma das 04 principais.

XXXIII) Da Composição da Equipe Técnica dos CREAS da mata Norte

Tabela 04 - Composição da Equipe Técnica dos CREAS da mata Norte

Função (Exclusivamente)	Total de CREAS	Total de profissionais	Total de profissionais efetivados	% de profissionais efetivados
Coordenador	11	11	2	18.2%
Assistente Social	12	15	2	13.3%
Psicólogo	11	12	1	8.3%
Advogado	5	5	0	0.0%
Auxiliar administrativo	11	11	0	0.0%
Abordagem aos usuários	5	7	0	0.0%

Nos municípios que estão na gestão inicial e básica, para que a equipe do CREAS esteja completa é necessário: 01 Coordenador, 01 Assistente Social, 01 Psicólogo, 01 Advogado, 02 profissionais de nível



superior e um Auxiliar Administrativo. No que se refere aos municípios inseridos na Gestão Plena e Estados com serviços regionais é necessário: 01 coordenador, 02 Assistentes Sociais, 02 Psicólogos, 01 advogado, 04 profissionais de nível superior e 02 auxiliares administrativos conforme as exigências da NOB-RH/SUAS 2006.

No que tange à composição da equipe técnica dos CREAS da mata Norte os dados mostram que dos 12 equipamentos da região, 11 deles funcionam com a presença do coordenador, em 12 há assistentes sociais, em 11 há psicólogo e em 05 apenas há advogado. Vale salientar que apenas 01 CREAS encontra-se com a equipe satisfatória na região.

É importante observar no quadro acima, o quantitativo reduzido de profissionais efetivos em cada unidade, sugerindo dessa forma, a rotatividade dos profissionais, o que acaba precarizando o atendimento aos usuários e impossibilitando uma melhor sistematização dos dados. Diante disso, foi verbalizado por gestores e técnicos das unidades, a necessidade de um aumento no quantitativo de profissionais, bem como a melhoria nas condições de trabalho e salário.

XXXIV) Dos Itens de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida

No intuito de verificar a capacidade de acessibilidade implantada nos equipamentos sociais de cada região buscou-se estabelecer uma relação entre os itens de acessibilidade presentes em cada unidade de CREAS e a condição de seus espaços de ser alugado, cedido, ou próprio. No caso da região analisada aqui, estes aspectos não tem uma relação direta, ou seja, verifica-se que a acessibilidade estabelecida pelos itens mínimos destacados⁶ não guarda relação com o fato de o equipamento ser alugado ou próprio. Como se pode inferir há, por exemplo, 06 equipamentos com pelo menos 03 itens de acessibilidade, sendo que 01 funciona em imóvel próprio e 05 em imóveis alugados. Há também o fato de que 01 CREAS funciona em espaço cedido para prefeitura por outros órgãos que não possuem nenhuma acessibilidade.

3.3.4. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil | PETI |

Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI é composto por três grandes eixos, quais sejam: Transferência direta de renda às famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho; Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 15 anos e acompanhamento familiar realizado através da atenção básica e especial nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

Desta maneira, o PETI compõe o Sistema Único da Assistência (SUAS) e suas ações visam erradicar o trabalho infantil nas atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Ou seja, realizar a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil. Atividade que é permitida apenas na condição de aprendiz para adolescentes a partir de 14 anos.

⁶ Os itens de acessibilidade analisados foram: 1) Acesso principal adaptado com rampa e rota acessível desde a calçada até a recepção; 2) Rota acessível aos principais espaços do CREAS (recepção, sala de atendimento e sala(s) de uso coletivo); Rota acessível ao banheiro; Banheiro adaptado; Pisos antiderrapantes; Barras de segurança.



Segundo dados do MDS o PETI realiza atendimento a cerca de 820 mil crianças em 3.500 municípios do país. E tem suas ações pautadas na compreensão de que a criança e o adolescente são sujeitos de direito. Neste sentido, busca-se com este programa proteger esse público da exploração do trabalho contribuindo para o seu desenvolvimento integral. Ou seja, o programa desenvolve suas ações associadas a outras formas de acesso a políticas sociais e programas sociais. Entre eles, deve oportunizar o acesso à escola formal, saúde, alimentação, esporte, lazer, cultura e profissionalização, bem como a convivência familiar e comunitária.

Para isso o programa dispõe de algumas condicionalidades para garantia de acesso e continuidade do benefício. Entre elas está o compromisso que as famílias beneficiárias devem observar com relação à retirada das crianças e adolescentes das situações de exploração pelo trabalho, a realização de matrícula escolar além do acompanhamento da frequência das crianças e adolescentes que não deve ser inferior a 85% da carga-horária mensal.

Na área da saúde as mulheres gestantes e lactantes devem manter uma regularidade às consultas de acompanhamento médico da gravidez e da criança além da responsabilidade em participar das atividades educativas relativas a campanhas de vacinação e outros enfrentamentos necessários à saúde da criança em fase de desenvolvimento.

No que tange à assistência Social as famílias também devem garantir uma frequência de 85% das crianças e adolescentes até 15 anos de idade em situação de risco ou que já foram retiradas do trabalho infantil, nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI. O PETI também prevê sanções para o não cumprimento das condicionalidades que variam desde a advertência a partir do primeiro registro do descumprimento, passando ao bloqueio do benefício por 30 dias, suspensão por 60 dias e em seguida o cancelamento ou desligamento da família do benefício que é agregado ao Programa Bolsa Família – PBF. Conforme orientações do MDS, a iniciativa de associar os benefícios do PETI e do Bolsa Família segue a perspectiva de ampliar o combate ao trabalho infantil a partir do entendimento de que, pobreza e trabalho infantil se relacionam mutuamente, sendo inviável a manutenção de dois programas de transferência de renda separados.

A proposta do PETI é que após a inclusão da família na transferência de renda, *toda criança e adolescente encontrado em situação de trabalho, deve obrigatoriamente, ser inserido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Tal inserção se realizará a partir da interação entre os serviços de Proteção Básica do município em parceria com a gestão municipal do PETI.

O MDS também dá orientações quanto às providências que o gestor municipal da Assistência Social deve tomar ao identificar Trabalho Infantil no seu município. A primeira delas é elaborar um diagnóstico com informações de trabalho infantil local e todas as suas interfaces. De forma que contemple a avaliação do gestor do PBF de casos de famílias beneficiárias com crianças e ou adolescentes em situação de trabalho a fim de proceder imediato afastamento da atividade e inclusão no PETI. Em seguida deve-se proceder ao cadastramento das famílias com crianças e adolescentes no CADÚNICO além de tomar providências da documentação da família se for o caso. A partir deste momento é necessário que se elabore um Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, um Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e ainda se realize seleção e capacitação de equipe técnica para executar o Serviço Socioeducativo do PETI de acordo com o número de crianças e adolescentes cadastrados.



Estes planos devem ser elaborados em conjunto com os diferentes segmentos governamentais e não-governamentais do município garantindo participação e colaboração de todos os órgãos interessados e comprometidos com a temática. Entre eles: os Conselhos de Direitos, Tutelares e demais órgãos que atuam no Sistema de Garantia de Direitos. Além desses Planos, deve-se criar ainda uma comissão temática de Erradicação do Trabalho Infantil, no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social para que seja garantido o controle social do PETI.

É necessário ainda implantar uma estrutura física nos PETIs capaz de garantir o funcionamento das atividades e Serviço Socioeducativo conforme número de crianças e adolescentes cadastrados.

Considerando a região da mata Norte, os dados fornecidos pelos gestores e coordenadores do programa nos municípios apontam que existem nesta região 166 núcleos na zona rural e 29 na área urbana, somando ao todo um total de 195 núcleos na região.

XXXV) Da Participação das crianças e adolescentes no PETI Versus Desempenho Escolar

Estas articulações realizadas entre o PETI e a área da educação guardam uma relação direta com a melhoria do desempenho escolar das crianças e adolescentes que fazem parte do serviço de Fortalecimento de vínculos. Ou seja, espera-se que à medida que aumenta o acompanhamento e as articulações do PETI com as demais atividades da educação aumente também o desempenho escolar deste público.

XXXVI) Das Atividades realizadas para incentivar e garantir a permanência das crianças no Núcleo

Um desafio hoje apontado pelas equipes que lidam diretamente com o serviço de fortalecimento de vínculos das crianças e adolescentes do PETI é o de garantir a permanência daqueles que ainda estão em situação de violação e exploração pelo trabalho no serviço. Neste sentido, são muitas as atividades e estratégias desenvolvidas para não só manter, mas também incentivar tal permanência no serviço. Nesta região em particular os dados apontam que 19 municípios realizam reuniões com as famílias, bem como 16 deles realizam visita à escola para acompanhamento da criança e do adolescente. Já para 16 dos municípios visitados a estratégia utilizada é a avaliação conjunta das atividades e em 09 deles são realizadas outros tipos de atividades de incentivo.

XXXVII) Da Formação da equipe do PETI na Mata Norte

Com relação à constituição da equipe de trabalho do PETI, os dados mostram que em 100% dos municípios os núcleos contam com a presença do coordenador pedagógico, em 78,9% dos municípios há a presença de monitor e em mais de 52% deles pode-se contar com educadores (as). O auxiliar administrativo está presente em mais de 15,8% deles e a merendeira em 57,9 núcleos. Percebe-se nos dados fornecidos pelos gestores e coordenadores do programa no município que há urgência na recomposição das equipes da maioria dos serviços de convivência ofertados. A valorização dos profissionais, assim como o seu quantitativo adequado à demanda do público atendido pelo programa, demonstra o lugar de relevância que o programa tem para o município. Não é possível, a nenhum serviço, funcionar bem, com o cumprimento de metas e condicionalidades, se não houver equipe qualificada para desenvolver o trabalho e mobilização da gestão para tal fim. Os profissionais apontados em déficit no



município são imprescindíveis para realização dos trabalhos nos serviços de convivência do PETI de forma que seja dada continuidade aos serviços de enfrentamento e erradicação do trabalho infantil no Estado.

XXXVIII) Dos Critérios de Avaliação das informações

Entre as estratégias utilizadas pela gestão do programa no município para manter o controle das informações a respeito do programa estão as visitas à escola com critérios de avaliação definidos que variam desde a interação da criança e adolescente na escola até o seu aproveitamento escolar. Sendo assim, na região os aspectos mais freqüentemente avaliados quando da visita à escola são informações a respeito do aproveitamento do aprendizado, seguidos do comportamento, destacados por 18 e por 16 dos municípios visitados respectivamente.

XXXIX) Dos itens de acessibilidade nos imóveis de funcionamento do PETI

Quanto á capacidade instalada de acessibilidade nos imóveis de funcionamento do PETI verificou-se que no caso da região analisada aqui, dos 19 municípios da região da mata Norte, 16 deles não possuem acesso principal adaptado com rampa e rota acessível da calçada para recepção, enquanto 03 possuem este item. Em 03 dos municípios não há banheiros adaptados nem barras de segurança para pessoas com mobilidade reduzida. 18 municípios declararam não possuir pisos antiderrapantes e em 15 deles não há imóveis apropriados com portas e corredores largos. Em 06 municípios não há nenhum item de acessibilidade.

Tal realidade aponta para desafios a serem transpostos pela gestão do programa no município no intuito de assegurar aos seus usuários maiores condições de participação e maior democratização do acesso aos serviços públicos. Percebe-se ainda que incipientemente certa mudança na concepção da necessidade de transformar os ambientes acessíveis para as pessoas com dificuldade de mobilidade, uma vez que 16 municípios já dispõem de banheiros adaptados.

Entre as estratégias utilizadas pela gestão do programa no município para manter o controle das informações a respeito do programa estão as visitas à escola com critérios de avaliação definidos que variam desde a interação da criança e adolescente na escola até o seu aproveitamento escolar. Sendo assim, na região os aspectos mais freqüentemente avaliados quando da visita à escola são informações a respeito do aproveitamento do aprendizado e do comportamento, destacados por 18 e por 16 dos municípios visitados respectivamente.



4. Conclusões e recomendações

a) Capacidade instalada na gestão dos serviços e equipamentos socioassistenciais da Mata Norte

- ✓ A região apresenta como já exposto, uma fragilidade no que tange a sua rede de serviços de atendimento da proteção social especial caracterizada, sobretudo pela inexistência de serviços de alta complexidade de grande relevância.
- ✓ Percebe-se como aspecto positivo na região, a existência de alguns instrumentos primordiais à Gestão da Política de Assistência Social como os (Conselhos, Plano, e Fundo). Que existe na quase totalidade dos municípios. Devendo - se destacar a necessidade de ampliação no que tange às Instâncias de controle que ainda estão em déficit na região como, por exemplo: os conselhos do idoso, da segurança alimentar e da pessoa com deficiência que ainda não estão presentes em todos os municípios.
- ✓ Elemento importante para uma boa gestão da política está também relacionado à presença de pessoas representantes para cada uma das proteções sociais no município. Na região esta realidade ainda está deficitária.
- ✓ A realização do diagnóstico sócio-territorial também está colocada como uma exigência para uma boa gestão e execução da política principalmente quando se torna subsídio ao Plano Municipal de Assistência Social. Daí a importância de realizá-lo e acima de tudo mantê-lo atualizado.
- ✓ A oferta dos Benefícios Eventuais na região também aponta para aspectos pertinentes e um deles é o fato da região apresentar um grande percentual de municípios que tem o CRAS como local de atendimento, e não só de encaminhamento destes benefícios. A partir disto, percebe-se a urgência em estabelecer instrumento normativo desses benefícios, apontando inclusive o local e recursos humanos próprios para atendimento dos mesmos para que não sejam utilizados de forma equivocada, como moeda eleitoreira e conservando o cunho assistencialista direcionado à Política de assistência ao longo dos anos.

b) Ações da Proteção Social Básica

- ✓ As ações da proteção social básica na região estão de certa forma bem estruturadas no que tange à implantação de CRAS, Projovem e adesão ao BPC e BPC na escola. As dificuldades são mais acentuadas em relação ao PE no Batente que está presente em apenas 21% dos municípios, as cozinhas comunitárias, presentes em apenas 05% dos municípios.. Os resultados apontam que a região dispõe de CRAS em 100% dos municípios, sendo que em 02 deles o quantitativo de CRAS é inadequado em relação ao seu porte populacional. Este é um aspecto que merece destaque para atenção dos gestores e, sobretudo da vigilância social que precisa estar atenta às necessidades do seu território, utilizando estratégias de mapeamento da rede instalada na sua área de abrangência assim como a relação entre a oferta de serviços e a demanda da população usuária da assistência social.
- ✓ No que pese a situação do BPC na escola e por consequência a atuação do grupo gestor na região recomenda-se maior atenção ao benefício e seus usuários, principalmente na produção de informações, como perfil, características dos beneficiários em determinados territórios, atualização no MDS e acompanhamento dos usuários que estão inseridos na escola a fim de ampliar o numero de usuários não só no benefício, mas que estes participem dos espaços escolares tendo garantidos os seus direitos sociais. Ainda há na



- região 06 municípios que não aderiram, ou não souberam dar informações sobre este público.
- ✓ Ao tratarmos da composição das equipes técnicas nesse nível de proteção a realidade demonstra que especificamente no CRAS há um quantitativo de 15 unidades nas quais a equipe está inadequada e apenas 07 com equipe satisfatória do ponto de vista da composição da equipe mínima de referência. Quando levada em consideração a presença do coordenador na equipe os dados mostram que há 01 CRAS que não dispõe deste profissional. Lembrando que a ausência deste profissional compromete o desenvolvimento de atividades primordiais à execução do serviço, entre elas a de vigilância, mapeamento de rede, busca ativa, etc.
 - ✓ Um último aspecto a ser destacado na região é em relação à infraestrutura dos equipamentos os quais funcionam de forma precária, sem utilização de grande parte dos materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das ações cotidianas da equipe com os usuários. Quais sejam: telefone presente em apenas 07 dos CRAS da região, veículo que é de uso compartilhado em quase 100% das unidades.

c) Ações da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

- ✓ As ações da proteção social especial de média e alta complexidade na região estão ainda se estruturando na região. Isto porque no que tange à implantação de CREAS, e dos serviços de convivência do PETI, estes estão presentes em 53% dos municípios (no caso dos CREAS) e em quase 100% (no caso de PETI). Mas analisando outros serviços como CCAI e CCAII, por exemplo, é perceptível a lacuna existente na região onde não foram encontradas nenhuma unidade do serviço, que é específico para crianças e adolescentes, o que representa maior lacuna ainda no que tange às outras faixas etárias que necessitam destes serviços. Este dado apresenta um grande desafio tanto para esfera estadual como para o município no sentido de investir no incremento de ações que visem a ampliação desses serviços na região. Inicialmente percebe-se a necessidade de articulação entre os setores de vigilância social dos municípios e do estado para a análise apurada da realidade em questão, produção de informações que viabilizem a caracterização do déficit entre a oferta que existe na região e a necessidade da população naquele território. É primordial desta maneira, a realização de diagnóstico e planejamento das ações da política de assistência para que os projetos ali implantados representem, de fato, as maiores demandas dos usuários em questão.
- ✓ Ao tratarmos da composição das equipes técnicas nesse nível de proteção a realidade demonstra que especificamente no CREAS há um quantitativo de 11 unidades nas quais a equipe está inadequada e apenas 01 com equipe satisfatória do ponto de vista da composição da equipe mínima de referência. Quando levada em consideração a presença do coordenador na equipe os dados se repetem. Vale salientar que há na região unidades de CREAS que não dispõem de Psicólogo, e advogado que são profissionais que compõem a equipe de referência neste equipamento. Lembrando que a ausência destes profissionais compromete o desenvolvimento de atividades primordiais à execução do serviço, entre elas a de vigilância, mapeamento de rede, busca ativa, entre outras.
- ✓ Um último aspecto a ser destacado na região é em relação à infraestrutura dos equipamentos. De forma geral os CREAS da região possuem uma boa infraestrutura nesse quesito. Porém, vale ressaltar a fragilidade de alguns equipamentos necessários ao desenvolvimento das ações cotidianas da equipe com os usuários. Quais sejam: telefone presente em apenas 05 dos CREAS da região, veículo para trabalho da equipe existente também em apenas 05 unidades.



ANEXOS



ANEXO A – TEMAS SUGERIDOS PARA AS PRÓXIMAS CAPACITAÇÕES – CREAS/MATA NORTE

TEMAS	SUGESTÕES
Legislações	Legislação sobre pessoas com deficiência, SUAS e Estatuto do Idoso.
Violência	Violência doméstica, contra o idoso e contra a mulher.
Sexualidade	Abuso / exploração sexual, trabalho com o agressor/abusador, abuso sexual contra crianças e adolescentes e discriminação sexual.
Drogas	Rede de atendimento, álcool e outras drogas e Crack.
Assistência Social	Brasil sem miséria, medidas socioeducativas, parecer técnico – psicossocial, financiamento da Assistência Social, rede protetiva do estado, articulações estado/município, PAEFI, rede socioassistencial, atribuições CREAS/CRAS, abordagem social, Tipificação, trabalho em rede, SISPETI, busca ativa, programas da Assistência Social, abrigamento de crianças e adolescentes, Programa Bolsa Família.
Outros	População de rua, SINASE, idoso, Direitos Humanos, elaborações de projetos, pessoas com deficiência, família, convivência e fortalecimento de vínculos, assistência ao cuidador, tráfico de seres humanos e violação de direitos.



ANEXO B - SUGESTÕES DOS ENTREVISTADOS À SEDAS PARA O FORTALECIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DOS MUNICÍPIOS DA MATA NORTE

TEMAS	SUGESTÕES
Formação: capacitações, eventos e reuniões	Ampliação da oferta de capacitações, oferta de capacitações mais frequentes, oferta de capacitações específicas para técnicos e gestores da assistência social, capacitações específicas para coordenadores dos programas e projetos da assistência, realização de capacitações continuadas e direcionadas, promoção de encontros regionais, assegurar um planejamento em conjunto com os municípios, realização de reuniões interssetoriais com os gestores dos municípios, realização de capacitações voltadas aos monitores, realização de capacitações voltadas ao PETI, garantia de capacitações acerca do SUAS.
Material informativo	Asseguramento de materiais gráficos para publicização da política de assistência, distribuição de cartilhas e cartazes informativos nos órgãos que trabalham com a assistência, capacitações por RD, construção de cartilhas acerca do trabalho desenvolvido pelo PETI e de orientação sobre as políticas públicas.
Monitoramento/avaliação	Organização de monitoramentos mais sistemáticos, Realização do monitoramento com maior frequência, avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela rede sociassistencial, avaliação do CadÚnico e SISPETI.
Equipe técnica	Ampliação de número de profissionais para compor as equipes técnicas da política de assistência, garantia e maior dinâmica nas atividades dos monitores, garantia de equipe técnica para elaboração de projetos e captação de recursos, disponibilização de equipe técnica para auxiliar os municípios na implantação dos planos e monitoramento e avaliação da política de assistência municipal.
Financiamento	Garantia de recursos para o fundo municipal de assistência social, garantia de recursos financeiros para realização das atividades assistenciais dos municípios, garantia de apoio financeiro para os projetos que os municípios elaboram, garantia do cofinanciamento dos programas, ações e benefícios eventuais, garantia de transfência direta de recursos e não do fundo a fundo, garantia de suporte (verbas) aos programas PETI e PROJovem.
Estrutura física	Melhorar as condições dos abrigos, Implantação de CAPS administrativos e creches nos municípios, Viabilização da construção de CRAS nos municípios, viabilização de núcleos de PETI na zona rural.



Outros

Garantia de transporte para execução das ações da assistência, garantia de acompanhamento específico do BPC, garantia dos programas estaduais da assistência para os municípios, presença do Estado nas atividades promovidas pelos municípios, potencializar a articulação dos programas, garantia de maior parceria do Estado com o interior considerando suas necessidades específicas, assegurar a permanência e manutenção dos projetos da assistência, fortalecimento da articulação com o apoio técnico, fortalecimento da parceria com as ONG's, ministério público e conselhos, apoio técnico e financeiro à rede sociassistencial.



ANEXO C– FOTOS DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS DA MATA NORTE



Figura 1: CRAS de Buenos Aires



Figura 2: espaço interno do CRAS de Vicência



Figura 3: Núcleo do PETI de Buenos Aires



Figura 4: Sala de Computação CJ|Lagoa de Itaenga



Figura 5: CRAS Nazaré da Mata



SECRETARIA
DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

GOVERNO DE
Pernambuco

